

**RELATORIO NACIONAL SOBRE A APLICAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO E
DO PLANO DE ACÇÃO DE BEIJING (1995)**



Por: Fatumata Djau Baldé e Paulina Mendes

ABREVIATURAS

MMFSS - Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social

IMC - Instituto da Mulher e da Criança

CNAPN - Comité Nacional para o abandono das Práticas Nefastas

GICJ - Gabinete de Informação e Consulta Jurídica

CFDSMM – Comité das Forças de Defesa para as Mulheres Militares

NRG -

GAMCPJ - Gabinete de apoio a Mulher e Criança da Polícia Judiciária

OGE - Orçamento geral do Estado

RENLUG - Rede Nacional de Luta contra a Violência no Género e na Criança

LGDH - Liga Guineense dos Direitos Humanos

ODHDD - Observatório dos Direitos Humanos para a Democracia e Desenvolvimento

SMN – Sinim Mira Nassique

AMAR - Associação de Mulheres Alternativa e Resposta

MNSC - Movimento Nacional da Sociedade Civil

REMAMP-GB - Rede de Mulheres Africanas ex-Ministras e Parlamentares

CEAMC

PNIEG - Política Nacional para a Igualdade e Equidade do Género

DENARP- Documento da Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza

E/MGF- Excisão/Mutilação Genital Feminina

CAJ - Centro de Acesso a Justiça

ANP - Assembleia Nacional Popular

DPAB - Declaração do Plano de Ação de Beijing

POP - Polícia de Ordem Pública

RN - Recursos Naturais

SNU - Sistema das Nações Unidas

INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censo

CNT - Comité Nacional do Tráfico

PPM - Plataforma política das Mulheres

CNCS - Conselho Nacional de Concertação Social
GTG - Grupo Temático Género
NU – Nações Unidas
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA - Fundo das Nações Unidas para a População
PNUD -Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU-Mulheres Entidade das Nações Unidas para a autonomização
FAS – Fundo de Ação Social
SNLS – Secretariado Nacional de Luta contra SIDA
DIVUTEC – Divulgação de Novas Tecnologias
USB – Unidade de Saúde Base
PVVIH – Pessoas Vivendo com o VIH
TARV – Tratamento Ante Retroviral
PCR – Polymerase chain Reaction
FRP –
MI – Mosquiteiro Impregnado
MICS – Inquéritos dos Indicadores Múltiplos
MEN – Ministério de Educação Nacional
ANP – Assembleia Nacional Popular
GICS – Gabinete de Informação e Consulta Jurídica
PNIEG – Política Nacional de igualdade e Equidade de Género

Índice

PARTE I: ANÁLISE GERAL DAS REALIZAÇÕES EFETUADAS E OS OBSTÁCULOS ENCONTRADOS DESDE 1995	5
1.1.Principais realizações e constrangimentos desde 1995	6
1.1.1 Progressos alcançados	6
1.1.2. Constrangimentos	13
PARTE II-PROGRESSOS ALCANÇADOS DESDE 2009 NA IMPLEMENTAÇÃO DE 12 DOMÍNIOS CRÍTICOS DO PROGRAMA DE AÇÃO.	13
2.1. Mulher e a Pobreza	14
2.2. Mulher e a saúde.....	17
2.3. Mulher e a violência	20
2.4.Mulher e Economia	23
2.5. Mulher e Educação	24
2.6. Mulher e Conflito armado	26
2.7.Mulher e a Tomada de Decisão	27
2.8.Mecanismos institucionais visando a promoção da Mulher.....	28
2.9. Os Direitos fundamentais da Mulher.....	30
2.10.A Mulher e os Média	32
2.11.A Mulher e o Ambiente.....	33
2.12. A pequena infância	34
PARTE 3. DADOS ESTATÍSTICOS	38
PARTE IV: PRIORIDADES E RECOMENDAÇÕES.....	42
4.1.Prioridades	42
4.2. Recomendações	45

PARTE I: ANÁLISE GERAL DAS REALIZAÇÕES EFETUADAS E OS OBSTÁCULOS ENCONTRADOS DESDE 1995

A elaboração do presente relatório enquadra-se na avaliação dos progressos alcançados, na implementação da Plataforma de Ação de Beijing, no âmbito das comemorações do seu 20º aniversário. O mesmo debruça-se igualmente sobre as iniciativas e planos futuros existentes no país, para a promoção da igualdade de género e empoderamento da mulher.

Este documento é apresentado de acordo com o guião de elaboração de relatórios nacionais da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, em que a ênfase é centrada nos impactos das ações e nos resultados alcançados, com base nas avaliações, nas publicações de pesquisas, nos relatórios produzidos pelas entidades Governamentais, pela Sociedade Civil e pelos Parceiros de Cooperação, que constituem a base para a recolha dados qualitativos e quantitativos para a produção do deste relatório.

A Declaração de Beijing é fundamentalmente um documento político sem vinculação jurídica, ela debruça-se sobre o compromisso assumido pelos Governos, em prol da proteção e promoção dos direitos da mulher, através da implementação da Plataforma de Ação de Beijing sobre os 12 domínios críticos para promover a igualdade de género e o empoderamento da mulher.

O relatório é estruturado em quatro partes. Na primeira, fez-se uma análise breve do período subsequente a adoção da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e a segunda versa-se sobre os progressos nas 12 áreas críticas salientes na Plataforma de Ação, com maior ênfase a partir do ano 2009. A terceira parte trata de dados estatísticos e a quarta debruça-se sobre perspetivas, desafios e recomendações para o reforço da igualdade de género e empoderamento da mulher, enquadrados na atual discussão sobre os Objetivos do Milénio para Desenvolvimento (OMD) as perspetivas pós-2015.

Realça-se que a elaboração deste relatório é coordenada pelo Ministério da Mulher, Família e de Solidariedade Social e com apoio técnico e financeiro da ONU Mulheres e do PNUD.

1.1.Principais realizações e constrangimentos desde 1995

1.1.1 Progressos alcançados

A Guiné-Bissau, desde a luta de libertação nacional, sempre atribuiu importância à questão da promoção da mulher, tendo levado o Governo a ratificar convenções, tratados, protocolos e recomendações a nível internacional, continental e sub-regional, voltados para a promoção dos seus direitos e melhoria da sua condição de vida. Enormes esforços foram feitos, de modo a traduzir os engajamentos em leis nacionais e planos de ação, sendo concretizados, através da realização de uma série de estudos que são nomeadamente, estudo exploratório sobre a violência baseada no género no meio universitário em 2012; estudo sobre movimentos femininos na Guiné-Bissau em 2012; um retrato da violência contra as mulheres na Guiné-Bissau em 2010; Estudo sobre Mulheres e violências. Combater as violências: propostas para a Guiné-Bissau em 2009; estudo sobre invisibilidade da guerra e da paz: violências contra as mulheres na Guiné-Bissau, em Moçambique e em Angola em 2009; estudo sobre a violência doméstica na Guiné-Bissau em 2007; Em 2006 estudo sobre abuso e a exploração sexual de menores na Guiné-Bissau e o estudo sobre Instrumentos jurídicos contra a *violência*, etc.

Igualmente foram produzidos documentos de grandes importâncias com reflexos na situação da mulher, tais como, a análise institucional das capacidades nacionais no domínio de género, inquéritos sobre Violência Baseada no Género (VBG); condições de vida das mulheres e dos homens; lei sobre a MGF (Mutilação Genital Feminina).

Realça-se a criação de um grupo de ativistas, dotado de um Plano de Ação para a implementação da Resolução 1325 e a elaboração do relatório cumulativo sobre a aplicação da CEDAW.

Uma outra realização do governo na linha da preocupação com a promoção dos direitos da mulher, diz respeito a criação do Instituto de Mulher Criança (IMC), em Fevereiro de 2001, com o intuito de melhorar a performance da intervenção do Governo, na área de género. Este instituto, está sob tutela do então Ministério da Solidariedade, Família e Erradicação da Pobreza, atualmente denominado Ministério da Mulher, Família, e Coesão Social.

Ao lado desta instituição governamental, destaca-se um número considerável de ONG que desenvolvem atividades neste domínio específico e que se especializaram em

diversas áreas, tais como microcrédito, VBG, sistema mutual de saúde, escolarização, VIH/SIDA.

Em 1995 foi criado o Comité Nacional de luta Contra as Práticas Nefastas (CNAPN), que foi uma das recomendações da declaração de Beijing cujas atividades visam chamar atenção sobre as consequências das práticas nefastas na vida da mulher, através de atividades de sensibilização junto das comunidades.

Esta instituição, efetua também *advocacy* junto de algumas entidades competentes, como a Assembleia Nacional Popular (ANP), de modo a adotar o país de dispositivos institucionais e legais, que combatem e persuadem as práticas que constituem autêntica violação dos direitos das mulheres.

Na Guiné-Bissau, os mecanismos estabelecidos para a implementação dos OMD 1, 3 e 5, estimularam, progressos na implementação e visualização do Papel da Mulher principalmente nas áreas da educação, saúde e participação da mulher em órgãos de poder e tomada de decisão.

Em 2008, foi criada a Plataforma Política das Mulheres (PPM). É uma organização que opera junto dos partidos políticos, e constitui atualmente, no país, o maior instrumento de sensibilização e *advocacy* da mulher guineense em prol da sua participação política.

PPM é um Instrumento ou o espaço de concertação das mulheres oriundas de todos os quadrantes políticos e sociais, que visa principalmente, aumentar as suas participações nas instâncias de tomada de decisão e no seio dos partidos políticos. Com efeito, esta estrutura alberga mais de 11 organizações femininas da sociedade civil, dispondo de um ponto focal em cada partido político. Portanto, é um parceiro hoje indispensável para toda a ação respeitante à mulher.

Ainda, na senda de identificação de estratégias implementadas no país, que visam melhorar o estatuto da mulher, destaca-se o DENARP (Documento Estratégico Nacional de Redução da Pobreza), por ter consagrado a dimensão género. Contudo, as preocupações destacadas neste documento (DENARP I) evidenciaram efeitos limitados, por não ter considerado nas questões de género a melhoria das condições de vida das famílias.

Vários estudos e inquéritos realizados ao longo dos últimos anos permitiram ao DENARP II, localizar as diferenças entre os sexos, e tratar melhor a contribuição da mulher no crescimento económico, no desenvolvimento social e na governação.

A abordagem adotada por este documento desenvolve-se a dois níveis: o nível transversal e o nível sectorial, de forma a assegurar uma forte advocacia política e social na promoção económico e social da mulher.

Esta abordagem responde a uma vontade expressa do país em optar, por um desenvolvimento equitativo e durável e construir uma sociedade, na qual o homem e a mulher "são iguais perante a lei em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural", de acordo com o artº 25 da Constituição da República (CR). Isto implicará, nomeadamente, a luta contra todas as formas de discriminação contra a mulher; acesso equitativo às oportunidades de emprego e de rendimentos e, melhoria de acesso as posições de liderança e de tomada de decisão.

Os desafios para DENARP II nesta área específica se inscrevem em quatro dimensões: Trata-se de assegurar que, a contribuição da mulher seja rentabilizada nas ações desenvolvidas em cada sector e domínios considerados, tendo em vista sua eficiência e eficácia. Assegurar igualmente que os benefícios esperados sejam de proveito, tanto de mulheres, como de homens, de forma a libertá-los da pobreza, permitindo que o país cumpra com os seus engagements em relação aos direitos da mulher e concretizar igualmente os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM).

No DENARP II foi sublinhada a necessidade de uma abordagem transversal do género, devendo esta dimensão aplicar-se na conceção, orçamentação, quadro institucional e gestão da sua aplicação, assim como em seguimento e avaliação. Da mesma forma, a realização dos objetivos preconizados neste instrumento em relação ao género será feita com base numa análise transversal em todos os sectores e domínios.

A materialização destes objetivos requiere a participação das estruturas nacionais públicas e não-governamentais, que operam no domínio da promoção da igualdade e da equidade de género (IEG), das mulheres em paridade com os homens, e de competências nacionais no domínio do género. Pois, ela constitui, igualmente, um desafio para a garantia desta integração transversal e obtenção dos resultados na redução da pobreza, devendo beneficiar tanto as mulheres como os homens.

Promover o género a fim de reduzir as desigualdades entre homens e mulheres em todas as áreas, visando a implementação dos ODM3, a CEDAW e as Resoluções 1325 e 1820 do Conselho de Segurança e do Protocolo Adicional ao CADHP. Com efeito, trata-se de melhorar o acesso das mulheres nos serviços sociais de base, as oportunidades económicas e ao poder de decisão ao nível conjugal e da família, assim como a todos os

níveis de governação. Melhorar o seu estatuto jurídico e garantir o exercício dos seus direitos em todos os domínios, incluindo no contexto do combate à violência baseada no género (VBG).

Nesta luta obstinada pela melhoria do estatuto das mulheres, culminou com a aprovação, em 2011 da lei contra a mutilação genital feminina, passando a constituir crime, qualquer ato que seja dirigido contra a mulher naqueles moldes, por acarretar consequências negativas na sua saúde.

Na mesma linha, em 2012 foi elaborada a Política Nacional sobre Igualdade e Equidade do Género (PNIEG), que permitiu o país dispor de um quadro de orientação, concertação e coordenação em matéria de género. Este quadro pretende por fim, à dispersão dos esforços neste domínio e à adoção de abordagens pluralistas, de forma a favorecer a eficácia das ações realizadas e a sustentabilidade dos resultados, para todas as intervenções, incluindo as do DENARP II.

Uma das outras realizações marcantes ainda no quadro da promoção da equidade e género foi a criação da lei contra a violência doméstica em 2013.

A criação de um quadro institucional político e legal, propício a criação de um ambiente para o desenvolvimento de ações ao nível das instituições públicas, da sociedade civil e privadas, foi instalado. A Constituição da República, que ocupa o patamar mais elevado na hierarquia das leis existentes no país, prevê no seu artigo 25º o seguinte: **“o homem e a mulher são iguais em todos domínios da vida política, económica, social e cultural”**. Em obediência a esta Lei e aos princípios políticos constitucionais que regem o país, consagrou-se o princípio da igualdade de direitos e de deveres entre o homem e a mulher em todos domínios da vida familiar (nas relações pessoais entre ambos, na educação dos filhos, na vida política e economia, na matéria civil, na capacidade e personalidade jurídica, na liberdade de circulação e de escolha de residência).

No domínio da educação, constatou-se maior acesso da jovem rapariga a esta área, registou também progressos assinaláveis em termos de participação da mulher nos órgãos de poder e de tomada de decisão. Um crescimento do acesso da mulher aos cuidados de saúde, com a implementação pelo governo de uma política baseada no princípio de saúde para todos.

No que se trata da criação de mecanismos institucionais e instrumentos que promovem o avanço da mulher, estabeleceu-se um quadro institucional para a coordenação,

implementação e monitoria, sendo a questão da promoção da mulher e da IEG gerida no País por um dispositivo nacional que integra alguns mecanismos.

Em termos dos direitos fundamentais das mulheres foram feitas reformas no sector judicial, com a adoção de medidas legislativas, tanto no âmbito nacional, como em relação aos instrumentos jurídicos internacionais, com a assinatura e ratificação das convenções e protocolos regionais e internacionais, na matéria de promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres.

No que se trata das legislações nacionais destacam-se: a Lei contra a prática de E/MGF, a lei contra a violência doméstica, o Estatuto do Pessoal da Administração Pública (EPAP), a lei contra o tráfico de seres humanos em especial mulheres e crianças.

Em relação a legislação internacional, os documentos ratificados com relevância para a promoção dos direitos da mulher são: Declaração Universal dos direitos do homem, Convenção sobre os direitos das crianças, Pacto internacional sobre os direitos económicos, sociais e culturais, Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, Convenção contra a tortura e outras penas ou tratamentos cruéis e desumanos e degradantes, Pacto internacional sobre os direitos civis e políticos, Carta Africana dos direitos humanos e dos povos (Carta de Banjul) e o protocolo sobre os direitos das Mulheres em África (Protocolo de Maputo), Carta Africana sobre os direitos e bem-estar das crianças, Declaração de Pequim e a plataforma de acção da IV conferência mundial sobre as Mulheres, Carta dos direitos fundamentais da União Europeia, Convenção Europeia para a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Declaração da Assembleia Geral das Nações unidas sobre a eliminação da violência contra as Mulheres, Plano de ação da Conferência internacional sobre a População e desenvolvimento, Declaração Universal da Unesco sobre a diversidade cultural e resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a eliminação da Mutilação Genital feminina.

Preconizam-se igualmente os princípios de liberdade de candidatura, igualdade de condições e oportunidade para todos os cidadãos, art. 22º alínea a), b) e e) do E.P.A.P. Ainda a mesma lei no art. 65º defende a não discriminação em relação as mulheres concernentes aos direitos dos funcionários e agentes, no exercício da função, na remuneração, nas condições de trabalho, no descanso semanal nas licenças e nas férias. Neste aspeto de recrutamento, nota-se um avanço em relação ao poder judicial, pois no último recrutamento para o quadro da Magistratura Judicial efetuado pelo Conselho

Superior da Magistratura Judicial, no universo de 20 Juizes de Direito recém nomeados, 50% eram mulheres (10). Tudo isso demonstra uma tendência de consciencialização nos órgãos de representatividade de soberania, a serem desenvolvidas pelas instituições estatais em parceria com as ONG e outros parceiros de desenvolvimento em prol e da dignificação da mulher.

As reformas implementadas no quadro institucional e legal guineense consagram alguns direitos a mulher, mas em alguns aspetos diverge das normas consuetudinárias, como por exemplo, no que diz respeito às relações e aos conflitos entre o homem e a mulher, no seio do casal e da família e a nível da sociedade.

A lei positiva fixa a idade mínima do casamento aos 16 anos, protege a mulher grávida e a parturiente, reconhece a igualdade entre os sexos, no casamento, no acesso ao trabalho relativamente à educação, ao salário, à propriedade, à herança e ao divórcio. Existe uma lei do casamento não formalizado que permite o reconhecimento dos casamentos tradicionais e as uniões de facto, eliminando as injustiças que se verificavam com a situação constante nas leis civis.

Para facilitar e promover o acesso à justiça pelas mulheres foi criado, os Centros de Acesso a Justiça (CAJ) na capital e em outras regiões, que tem encorajado a procura da justiça por parte das mulheres e também tem servido de apoio para a assistência judicial às vítimas.

Ao lado destas realizações, foi criado junto do Ministério da justiça, o Gabinete de Informação e Consulta jurídica, como forma de permitir à mulher e aos grupos mais vulneráveis aceder à informação, consulta e representação jurídica gratuita, libertando assim das práticas consuetudinárias nefastas e a morosidade e burocrática dos serviços judiciais.

No que concerne a participação nos órgãos de decisão concretamente no poder político, podemos dizer que houve uma melhoria relativa na presença das mulheres nos órgãos do poder e na tomada de decisão, isto é tanto a nível do governo como da Assembleia Nacional Popular (ANP). Esta melhoria prende-se principalmente com o facto de as diferentes políticas e estratégias nacionais incorporam, na sua maioria, aspetos da igualdade e de equidade do género.

Em relação ao Financiamentos em prol da Mulher, existem hoje no país vários sistemas de financiamentos em prol da mulher (a nível publico e privado), que vão desde práticas de poupança e concessão de créditos em direção das comunidades e em particular das

mulheres. Estas fontes de financiamento permite as mulheres não só melhorar o seu nível de produtividade, como reduzir o tempo dedicado ao trabalho doméstico e dispor de algum tempo para atividades pessoais e de lazer. Apesar dessas iniciativas, ainda há muito que fazer em termos de se conseguir financiamento em número desejado para garantir a autonomização da mulher. Pois, a maior parte destas iniciativas se encontra centrada em Bissau ou ainda nas sedes regionais, tornando-se inacessíveis para a mulher Rural

No que concerne ao diálogo regular entre o Governo e a Sociedade Civil, importa referir que o Governo nesta matéria através do MMFSS, criou alguns mecanismos de diálogo entre esta estrutura estatal e a sociedade civil, nomeadamente o CNAPN, o Comité Nacional de Tráfico (CNT), a REMSECAO, o secretariado executivo para a implementação da Resolução 1325 das NU. Todas estas instituições congregam organizações da sociedade civil, que trabalham em diferentes aspetos da proteção e promoção dos direitos da Mulher e da Criança.

Ao lado destas instituições, existe o Conselho Nacional de Concertação Social (CNCS), que é um órgão presidido pelo Primeiro-Ministro e alberga todos os sindicatos e outras associações de trabalhadores privados. Portanto, consiste num órgão de consulta do governo e da sociedade civil sobre os diferentes aspetos da vida. Analisa os progressos alcançados e procura soluções para os constrangimentos, com que o país se depara e perspetiva os desafios no que se trata da Coordenação e Parcerias, na prossecução das suas ações, com vista a implementação de ações para a igualdade e equidade de género no pós Beijing.

A Guiné-Bissau tem articulado consultas e concertações, sobretudo para a busca de posições comuns a serem adotadas em grandes eventos regionais e internacionais, a nível sub-regional, regional e internacional, a partir da Unidade de Género da CEDEAO, da CPLP, e dos diferentes mecanismos da União Africana e Agências das Nações Unidas, com destaque para a ONU Mulheres, PNUD, FNUAP e UNICEF.

A constituição do GTG das NU, cujos encontros por vezes são alargadas a presença das instituições estatais e as ONG. Os resultados da reflexão têm contribuído grandemente no aumento da visão e visibilidade do País em relação a questões de igualdade e equidade do género. Com efeito, a cooperação a estes níveis, investiram o país de subsídios sobre boas práticas nos diferentes domínios tendentes à promoção dos direitos humanos das mulheres, principalmente, para o seu empoderamento.

1.1.2. Constrangimentos

Apesar de esforços empreendidos neste domínio, as realizações ainda estão abaixo das expectativas porque, até então os dados estatísticos nem sempre são desagregados por sexo. Por outro lado, continua persistir a abordagem da mulher e desenvolvimento, em vez de género e desenvolvimento. Regista-se a dispersão de ações que, por vezes intervenientes não têm recursos para realizar e assegurar o seguimento das mesmas.

O modelo patriarcal vigente em diversas comunidades étnicas do país, engendram práticas socioculturais que limitam a aplicação efetiva de diversas convenções ratificadas pelo Estado da Guiné-Bissau e igualmente os instrumentos jurídicos nacionais que visam a promoção dos direitos das mulheres, da equidade de género. Estes instrumentos como emergem de uma cosmovisão moderna ocidental, registam-se dificuldades quanto a sua aplicação. Pois, contrariamente, estes instrumentos em vez de serem interpretados como instrumentos de integração da mulher na sociedade, são considerados por uma parte significativa de atores destas comunidades, como instrumentos de desintegração social. Portanto, este desfazamento entre os instrumentos jurídicos produzidos e o contexto que em que visa aplicar, reflete-se na ineficácia e ineficiência de ações implementadas. Assim, o direito consuetudinário continua a vigorar em detrimento do direito positivo, apesar da abundância da legislação.

PARTE II-PROGRESSOS ALCANÇADOS DESDE 2009 NA IMPLEMENTAÇÃO DE 12 DOMÍNIOS CRÍTICOS DO PROGRAMA DE AÇÃO.

As áreas críticas da Plataforma de Ação de Beijing, foram alvo de atenção do Governo na elaboração da Política Nacional para a Igualdade e Equidade de Género e em todos os principais instrumentos de planificação do País, tais, como o DENARP e os ODM.

Como parte da materialização do princípio de transversalidade das questões de género, todos os sectores são responsáveis para a introdução da dimensão de género na programação e planificação de acordo com o seu mandato. O Governo é chamado assim a alocar fundos necessários a implementação do PNIEG, contribuindo deste modo para o alcance dos objetivos de igualdade de género, através de intervenções em todas as áreas e a todos os níveis.

Com base neste quadro, o País tem registado progressos notáveis em todas as áreas críticas de preocupação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing (DPAB). Estes progressos resultam da combinação de esforços na adoção de políticas, leis, planos e programas; fortalecimento da capacidade institucional para a sua implementação e monitoria, e do contínuo alto compromisso político com a promoção da igualdade e equidade de género.

Entre os principais desafios contam-se a exiguidade da capacidade técnica para o tratamento adequado das questões de género especialmente, ao nível regional e sectorial; a limitada disponibilidade de estatísticas de género e a persistência de práticas patriarcais que limitam os direitos das Mulheres.

Os resultados alcançados, as lacunas e os desafios enfrentados na implementação dos objetivos estratégicos das 12 áreas críticas de DPAB desde 2009 são:

2.1. Mulher e a Pobreza

Os objetivos estratégicos da DPAB definem que:

O Estado deve rever, adotar e manter políticas macroeconómicas e estratégias de desenvolvimento que considerem as necessidades das Mulheres e apoiem os seus esforços para superar a pobreza;

Rever as leis e práticas administrativas a fim de assegurar a igualdade de direitos e acesso os recursos económicos; Providenciar acesso das Mulheres aos mecanismos e instituições de poupança e crédito assim como desenvolver metodologias baseadas no género e realizar pesquisas para responder à feminização da pobreza.

Os indicadores macroeconómicos e sociais espelham que na Guiné-Bissau, o índice da pobreza é muito elevado. Ela se encontra mais na população feminina, que também é a maioritária (51,4%) (RGPH, 2009).

O número de agregados familiares, cujo chefe seja de sexo feminino é significativo e sua maior parte trabalha no sector informal. Os AF (Agregados Familiares) chefiados pelas mulheres têm um tamanho médio (18,8), quase 4 vezes superior que à dos homens (5,1) e mais de dobro do tamanho médio nacional(8,2 pessoas).

Portanto, as mulheres representam 51,5% dos pobres do país, tendo a pobreza evoluído neste sexo de uma forma galopante. Com efeito, a ocorrência da pobreza aumentou de

2002 à 2010 em 9,2% nos (AFM), enquanto nos chefiados pelos homens (AFH) foi apenas de 4,2%.

Quando se analisa a incidência da pobreza por sexo e o meio de residência, constata-se que os AFH são em média, mais pobres no mundo rural que, os AFM. Enquanto no meio urbano a situação é inversa. Deste modo, no meio rural as proporções dos agregados familiares chefiados pelas mulheres e que vivem numa pobreza absoluta e extrema variam entre 65,3% e 29,8%; enquanto os de AFH, as proporções variam de 70,3% e 33,8%. Contrariamente, no meio urbano a pobreza monetária extrema e absoluta é mais presente nos AFM, variando entre 56,3% e 15,5% e nos AFH varia entre 48,0% e 12,2%. Estes indicadores evidenciam a pouca possibilidades oferecida as mulheres no acesso à educação formal, na medida em que, o exercício de uma parte considerável de atividades no meio urbano, principalmente, nas instituições formais, requerer um nível de instrução elevado, que uma parte significativa do CAF não possui. Contudo, a pobreza é mais visível no meio rural, que no meio urbano (PNIEG, 2012).

No que se trata da pobreza monetária, as mulheres enfrentam-na mais que os homens porque, a maior parte de atividades exercidas por elas, na família, não é atribuído um valor monetário, por lhes ser reservada apenas o estatuto doméstico, que é associado as atividades de lides de casa. Na mesma ótica, a pobreza não monetária atinge mais as mulheres, na medida em que, não se pode dissociar a pobreza monetária da não monetária. Uma mulher que esteja afetada pela pobreza monetária terá dificuldade em aceder as infraestruturas, tais como, habitação e serviços sociais de base. No RGPH de 2009, ficou demonstrado que na Guiné-Bissau 89,1% de Agregados Familiares possuem na sua maioria habitações precárias e 80,0% destas habitações, a fonte de energia utilizada para iluminação é vela; 95,6% prepara as refeições com lenha e/ou carvão, 90,9% não dispõe de água em casa, 65,4% utiliza latrinas em condições precárias. A carência registada no acesso as infraestruturas básicas, obriga a mulher a redobrar o seu esforço, despendendo mais energia e mais horas de trabalho, de modo a proporcionar as condições mínimas de vivência ao seu agregado.

Assim de forma a ultrapassar a extrema pobreza em que a mulher vive, o Estado da Guiné-Bissau, adotou um Documento Estratégico Nacional de Redução da Pobreza DENARP 2. Neste documento foi realçada a existência da morosidade no progresso em direção a igualdade entre homem e mulher. Porém, reafirma as preocupações que tinham sido destacadas no DENARP 1 que são: Promover o género a fim de reduzir as

desigualdades entre homens e mulheres em todas as áreas; Melhorar o seu estatuto jurídico e garantir o exercício dos seus direitos; Melhorar o acesso das mulheres aos serviços sociais de base, as oportunidades económicas e ao poder de decisão ao nível conjugal e da família, assim como a todos os níveis de governação, Reforço simultâneo das capacidades produtivas e organizativas da mulher; Aumento do nível de informação, de formação e de participação das mulheres; A redução das desigualdades estruturais entre homens e mulheres.

Progressos e constrangimentos

O Estado da Guiné-Bissau, embora tenha preocupação em diminuir a pobreza especialmente em mulheres, falta-lhe meios de forma a traduzir estes objetivos em ações concretas.

Por isso, as lacunas registadas neste domínio estão a ser colmatadas pela criação de instituições estatais de microcrédito (FAS) e das ações de ONG, que realizam atividades com o financiamento das agências de Nações-Unidas e de parceiros bilaterais em diversos domínios, de modo a diminuir a pobreza através da concessão de crédito às mulheres, desenvolvendo atividades geradoras de rendimento, implementando pequenos projetos em áreas horticultura e o pequeno comércio tanto no meio rural, como no urbano. Formação as mulheres nos domínios em que desenvolvem atividades, principalmente como conservar e vender os seus produtos, como preparar adubos orgânicos, ou seja, módulos de formação sobre atividades geradoras de rendimento (administração e contabilidade), que proporcionou o aumento do volume de negócios de algumas associações de mulheres vendedeiras; Construção de mercados, evitando-as de deslocar para os grandes centros que, implicava deixar os filhos sós em casa, durante longas horas; Alfabetização e Apoio institucional através do encorajamento as candidaturas femininas aos postos de emprego.

Os recursos financeiros que as mulheres conseguem arrecadar através das atividades em que desenvolvem são aplicados na educação dos filhos. Atualmente muitas destas mulheres estão não apenas a pagar a educação dos filhos, no nível básico e secundário, mas também no nível universitário o que, no futuro poderá refletir-se na mobilidade social ascendente dos seus agregados familiares. Pois, maior parte das mulheres chefes de agregados familiares não são alfabetizadas.

Apesar de alguns progressos em determinadas dimensões, em termos globais a pobreza agravou-se nos últimos anos como evidenciam as estatísticas acima destacadas. Por isso, as estratégias delineadas na declaração de Beijing estão ainda por alcançar neste domínio.

2.2. Mulher e a saúde

Os objetivos estratégicos da DPAB definem que:

O Estado deve aumentar o acesso das mulheres aos serviços de saúde apropriados, acessíveis e de qualidade em todas as fases do seu ciclo de vida, fortalecer os programas preventivos que promovam a saúde das mulheres, realizar iniciativas sensíveis ao género para fazer face às infeções sexualmente transmissíveis, HIV, e outros assuntos de saúde sexual e reprodutiva, promover pesquisas e disseminar informações sobre a saúde das mulheres, aumentar os recursos para a saúde das mulheres e monitorar a sua utilização.

Progressos e constrangimentos

Os indicadores registados no sector da saúde são preocupantes e particularmente os que visam a saúde reprodutiva da mulher (DENARP, 2011). Esta situação decorre por um lado, dos graves problemas no que respeita o nível da saúde da mulher, por outro, das capacidades institucionais em garantir um serviço de qualidade e os fatores de riscos socioculturais. Pois, no país estima-se que em 100 mil nados vivos morrem 800 mulheres, sendo a mortalidade materna, maior causa da mortalidade da mulher e uma das mais elevadas da África (média de 620). Três quartos destes óbitos registam-se durante o parto, sendo uma parte significativa explicada pelos fatores socioculturais. Assim, o índice sintético de fecundidade a nível nacional é de 5 (6,4 filhos por mulher no meio rural e 3,5 no meio urbano).

No que concerne ao planeamento familiar, o preservativo masculino (3,2%) e a amenorreia de latência (2,8%) continuam sendo os métodos modernos mais utilizados. Cerca de 86% de mulheres que mantêm uma vida conjugal regular e que estão em idade fértil (15-49 anos) não utilizam nenhum método contraceptivo e 90% das mesmas vivem no meio rural.

A fístula obstétrica (FO) é uma das formas mais graves das complicações do parto, muitas das vezes induzidas pela gravidez precoce e agravada pela MGF. Os últimos dados mostram que 0,4% das mulheres em idade fértil e que tiveram pelo menos um

filho padecem hoje na Guiné-Bissau de fistula obstetrical. A FO cria incómodos na vida da mulher, por ela sofrer de incontinência crónica leva que seja rejeitada pelo marido e pela família e isolada da comunidade.

A SIDA afeta particularmente três grupos sociais de mulheres: as jovens de 15 a 24 anos, as grávidas e as trabalhadoras do sexo. A prevalência hoje do VIH-SIDA é a nível nacional de 3,6% e entre os jovens de 15 a 24 anos, de 3,2%, sendo muito mais elevada entre as mulheres (5%) que entre os homens (1,5%). Entre as mulheres grávidas em idade fértil, estima-se que 6,45% estão infetadas, com uma prevalência mais elevada entre o grupo etário com mais de 30 anos (8,0%) e nas regiões do leste (mais de 8,0%). O grupo social constituído pelas profissionais do sexo conta 39,6% de mulheres infectas. Relativamente aos comportamentos de risco, verifica-se que estes continuam elevados, principalmente entre as mulheres jovens de faixa etária entre 15 e 24 anos. Cerca de um terço praticou sexo antes dos 15 anos; 20% têm sexo com homens mais velhos pelo menos 10 anos; apenas 57,5% sabem que a transmissão pode ser evitada com o uso de preservativo; 50% das que tiveram sexo com mais de um parceiro utilizaram preservativo. Estes riscos estão associados particularmente, as mulheres no meio rural e às mais pobres, analfabetas ou pouco alfabetizadas. Estes dados levam-nos a concluir que existe uma feminização do VIH/SIDA (PNIEG, 2012). No entanto, segundo a SNLS, houve uma redução de 17% de infecções pelo VIH/SIDA a nível nacional, um aumento do número de PVVIH no TARV, formação de 16 técnicos de laboratório no domínio do diagnóstico precoce do VIH nas crianças recém-nascidas de mães infectadas, através da técnica de PCR..

No plano nutricional, as crianças e as grávidas são considerados as mais vulneráveis, afetando o crescimento de mais de um terço das crianças com menos de 5 anos e a anemia severa registada frequentemente em mulheres grávidas.

A preocupação do governo com o sector da saúde enquadra-se no desafio universal de redução da pobreza, sublinhada no horizonte 2020. Porem, regista-se uma necessidade de reforçar o sistema nacional de saúde em todas as dimensões, nomeadamente serviços de prestação de cuidados como as estruturas de gestão e suas respetivas ligações funcionais e sectoriais, de forma a responder apropriadamente, às necessidades gerais e específicas das populações. Nesse sentido em colaboração com as ONGs entre eles a Divutec, construíram-se USBs em várias comunidades de difícil acesso. Fez-se igualmente a capacitação dos técnicos de saúde assim como de formação de activistas

no domínio da saúde sexual e reprodutiva. A intervenção do CNAPN na luta contra os casamentos precoces e E/MGF também levam a uma redução da mortalidade materna e infantil.

Por isso estabelece seguintes objetivos a nortear:

O aumento da cobertura e a melhoria da qualidade de serviços de cuidados primários de saúde e dos centros de referência, com ênfase na redução da mortalidade materna infantil; A melhoria da qualidade de tratamento dos casos de paludismo e a implementação do Plano Estratégico de Luta contra o Paludismo no quadro da iniciativa (FRP) e da estratégia acelerada para o desenvolvimento e a sobrevivência das crianças; A definição e implementação de estratégias de reforço de capacidades no domínio dos cuidados obstétricos de urgência, desde o nível básico, até ao primário e completo, ou de referência nos hospitais, através da SR; Adaptação de uma estratégia apropriada de redistribuição, de motivação e de fixação de quadros dando prioridade às periferias, a mudança de comportamentos de risco (o não uso dos métodos contraceptivos).

O desenvolvimento de ações no domínio da maternidade; A sensibilização sobre as práticas nefastas à saúde através da saúde reprodutiva, os cuidados obstétricos de urgência e tratamento anti-retroviral.

Assim, a saúde da mãe retém uma atenção especial por parte do Governo e dos seus principais parceiros de desenvolvimento.

Os programas de apoio à saúde reprodutiva começam a produzir os seus efeitos. Assim, 93% das mulheres com idade entre 15 e 49 anos, que tiveram um nascimento vivo durante os dois anos anteriores ao inquérito, receberam pelo menos um cuidado pré-natal por um agente qualificado (médico, enfermeiro ou parteira) e 70% receberam, no mínimo, quatro vezes o atendimento pré-natal por um agente qualificado. Ao nível dos partos, 44% das mulheres grávidas foram assistidas por pessoal qualificado e 42% foram realizados nos estabelecimentos de saúde.

Em matéria de luta contra o paludismo que afeta principalmente mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos, 64% dos Agregados Familiares têm pelo menos um mosquiteiro impregnado (MI), 35% das crianças menores de cinco anos e 32% das mulheres grávidas que dormem debaixo de um MI, constituindo, no entanto, os grupos sociais mais vulneráveis à epidemia e, sobre os quais as consequências são, na maior parte das vezes, graves.

O Governo iniciou vários exercícios de planificação e de programação de forma a concretizar os objetivos acima destacados: Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS II) para 2008-2017; Estratégia Nacional de Luta Contra o VIH / SIDA que, em 2010 culminou num estudo sobre análise da dimensão género no plano estratégico nacional de luta contra SIDA.

Apesar das estratégias implementadas e de formação de médicos pela faculdade de medicina e de enfermeiros pela Escola Nacional de Saúde (ENS), registam-se carências no sector de saúde, não somente de especialistas em determinadas doenças, como também equipamentos de diagnóstico. Portanto, constata-se um nível insuficiente de investimentos para certas regiões do país e fraco acesso as populações aos serviços de saúde, principalmente as mulheres grávidas e adolescentes. No entanto as barreiras socio-culturais e económicas, adicionadas ao elevado índice de analfabetismo das mulheres continuam a ser dos maiores entraves ao desenvolvimento da saúde sexual e reprodutiva das mulheres.

2.3. Mulher e a violência

Os objetivos estratégicos da DPAB

O Estado deve adotar medidas integradas para prevenir e eliminar a violência contra a Mulheres; Estudar as causas e as consequências da violência e a eficácia das medidas preventivas; Eliminar o tráfico de Mulheres e providenciar assistência as vítimas de violência resultantes da prostituição e tráfico.

Progressos e Constrangimentos

Na Guiné-Bissau, a violência baseada no género é o reflexo do modelo patriarcal, que legitima as práticas culturais tradicionais, sob quais, vários grupos étnicos que constituem o País se regem os seus comportamento e suas atitudes. Estas práticas são nomeadamente mutilação genital feminina, casamento forçado e/ou precoce, levirato, gerontofilia, poligamia e violência doméstica. Estas práticas engendram violência reproduzida por mecanismos culturais que justificam a predominância do homem em relação à mulher, que conduzem às determinadas práticas sociais, geralmente em desfavor da mulher. Estes induzem diferenças e relações específicas de género, que forcem a submissão da mulher, tendendo em mante-la estritamente no papel de mãe e esposa, sendo o homem, o principal decisor na família e na comunidade. Neste

contexto, o papel da mulher e do homem são socialmente construídos em observância aos valores socio culturais de cada comunidade.

Os indicadores destacados pelo estudo CAP realizado em 2013 nas regiões de Oio, Bafatá, Gabu e Bolama-Bijagós espelham de uma forma inequívoca uma constante violação dos direitos das mulheres. Assim, segundo o mesmo estudo, na família o homem goza de um estatuto superior que a mulher, sendo esta considerada sua propriedade, na medida em que ela não pode efetuar nada sem consultar o seu marido. Assim, em caso de conflito, o homem é que sempre tem razão, mesmo que seja a mulher que a tenha, mas à comunidade acaba por atribuí-la ao homem.

Igualmente a mulher não pode escolher não contrair relações sexuais com o marido, devendo estar sempre disponível para ele, sob pena de ser acusada de o desrespeitar.

A mulher para continuar a beneficiar dos bens do marido depois do seu falecimento, deve acomodar-se com o levirato, ou seja, se casar de novo com um dos irmãos do falecido, para não perder os seus direitos sobre os filhos e o património.

Num passado recente, na Guiné-Bissau os pais é que escolhiam os noivos para as filhas. Estas práticas, apesar de continuar presente em algumas comunidades que constituem o país, registam-se progressos no sentido de as ultrapassar.

Ainda, o estudo CAP acima referido demonstra que, 28,14% dos agregados admite que às pessoas do sexo feminino da comunidade submete-se à prática de excisão, 22,56% menciona que esta prática deve-se continuar no futuro nas suas comunidades, 18,88% dos mesmos destaca não ter ouvido falar dos direitos das mulheres e das crianças, 52,73/% indica que homem é o principal decisor sobre o casamento das filhas contra 4,51% que menciona ser a mulher; 49,4% destaca não ser permitida a escolaridade da menina pelo marido, 21% indica que a justiça é feita na comunidade contra 9% que menciona ser na polícia e 5% no tribunal. Cerca de 50% das raparigas e mulheres no país são sujeitas à Mutilação Genital Feminina (MGF) sofrendo consequências para a saúde ao longo da vida, e particularmente durante o parto. A MGF consiste na maior parte das vezes na excisão (41,8%), mas ainda quase 6% das raparigas sofrem de infibulação. O maior número de mulheres submetidas à MGF encontra-se no meio rural (57,2%) e particularmente nas regiões do leste (93,5%). Na maioria dos casos a MGF é praticada em condições sanitárias não adequadas e traumatizantes para a rapariga. Igualmente a gravidez precoce afeta 30% de adolescentes da faixa etária entre 15 e 19 anos. O casamento precoce é observado em 20% destas adolescentes; entre as mulheres

que têm idade entre 20 e 49 anos, um terço casou-se antes dos 18 anos; em 2,8% das mulheres de 40 e 49 anos foi registada a gravidez tardia. Portanto, uma parte significativa destas práticas reflete-se na feminização do VIH-SIDA, o que resultou atualmente em 9,7 mil órfãos devido ao falecimento das mães vítimas do VIH (PNIAE,2012). A mutilação genital feminina e a fístula obstétrica constituem outras complicações inerentes à função sexual e reprodutiva que afetam a saúde e o bem-estar social das mulheres. Segundo o MICS, quase 50% das mulheres com idade entre 15 e 49 foram circuncisadas e a prevalência afeta aproximadamente 40% das meninas entre 0 e 14 anos de idade. As fístulas podem afetar mulheres desde os 15 anos, motivando o seu abandono pelos maridos e a sociedade pelo resto da vida.

A falta de dados e de recursos ainda dificulta muito a real compreensão destas complicações pelos serviços de saúde.

No que se trata da saúde sexual reprodutiva, nomeadamente o planeamento familiar, as mulheres não têm liberdade de recorrer os contraceptivos, porque os maridos não as deixam, por esta prática ser associada a promiscuidade por muitos grupos étnicos. Os indicadores destacados testemunham a dimensão da violação dos direitos das mulheres e da violência baseada no género, decorrentes dos fatores socioculturais que representam rituais de passagem, que por serem mecanismos de integração do indivíduo na família e no grupo, constituem uma forma de pressão exercida sobre a rapariga como sobre a mãe.

De modo a lutar contra a violência baseada no género, primeiro foram efetuados vários estudos de modo a apreender a dimensão da violência, tendo motivado a realização de campanhas de sensibilização pelas ONG, agências de Nações Unidas e algumas instituições estatais de forma, adotarem instrumentos jurídicos, quer internacionais, quer nacionais, que contrariem algumas práticas socioculturais, que legitimem a violência contra as mulheres. Pois, representam de violação dos direitos humanos.

Adoção da CEDAW, foi elaboração de um plano de ação contra abuso e exploração sexual de menores, aprovação da lei contra a MGF e a lei contra a violência doméstica, elaboração de plano Nacional sobre equidade e género e a implementação do projeto intitulado “Para um ambiente jurídico, institucional e sociocomunitário protetor dos direitos das mulheres e meninas nas regiões de Bafatá, Gabu, Oio e Bolama-Bijagós na Guiné-Bissau” pelo UNICEF, União Europeia, AMIC, ODHDC. Durante a implementação deste projeto foram criadas unidades regionais de intervenção, foi

elaborado o manual de procedimento para as instituições de acolhimento e foram criadas instituições de acolhimento para as mulheres e meninas vítimas de violência.

Apesar desses avanços e de existir um quadro jurídico que enquadre as práticas socioculturais, classificando-as como violação dos direitos humanos, não se consegue a implementação efetiva das mesmas, por estas práticas estarem imbricadas na cultura de diferentes comunidades.

2.4. Mulher e Economia

Objectivos estratégicos da DPAB definem que:

O Estado deve promover os direitos e a autonomia económica das Mulheres incluindo o acesso ao emprego, condições de trabalho adequadas e controlo de recursos económicos, facilitar o acesso equitativo de Mulheres a recursos, emprego, mercado e comércio, fornecer serviços de negócios, formação e acesso aos mercados, informação de tecnologia particularmente à Mulheres de baixa renda, fortalecer a capacidade das redes económicas e comerciais de Mulheres, eliminar a segregação ocupacional e todas as formas de discriminação no emprego, promover a harmonização das responsabilidades familiares entre homens e Mulheres.

Progressos e constrangimentos

As mulheres deram uma contribuição importante para o crescimento económico, através do desenvolvimento da produção agrícola, incluindo fileiras do arroz, castanha de caju e horticultura, pecuária e pesca; desenvolvimento do sector informal (tanto no meio urbano como rural, especialmente no comércio) e, trabalho doméstico. Segundo o ILAPII/2010, 77,1% das mulheres ativas estão ocupadas no sector primário e cerca de 23,0% no sector terciário (serviços), dos quais 12% para o subsector comércio. Ainda que as suas atividades contribuam para a melhoria do nível de vida das famílias e para o PIB, o nível da sua produção e produtividade continua fraco por várias razões, em particular, as dificuldades de acesso aos fatores de produção.

A invisibilidade da contribuição das mulheres no sector económico, nomeadamente no sector informal comercial urbano, assim como ao nível doméstico, constitui em si um constrangimento de ordem estrutural. Esta contribuição não sendo reconhecida e decorrente deste facto, não é contabilizada no PIB.

A fim de precisar e operacionalizar as grandes prioridades nacionais, o Governo multiplicou esforços para, de um lado, dotar os principais sectores prioritários de estratégias sólidas e por outro, de planos de ações. A discriminação seguinte põe em evidência o esforço realizado nos últimos anos.

A promoção das PME e do emprego constitui um eixo importante para o crescimento acelerado e para a redução da pobreza. Ela contribuirá para a redução do desemprego, nomeadamente no seio das camadas femininas e jovens que são as mais afetadas pelo fenómeno da pobreza, através do auto emprego e da ajuda às iniciativas privadas ou associativas dos pobres. Existe no país várias instituições (ONG) que se consagram ao crédito e à poupança. A nível do Ministério das Finanças existe igualmente um departamento, o PARMEC, cujo papel fundamental é de coordenar e apoiar as estruturas financeiras descentralizadas. Foram feitos vários estudos no domínio da economia nomeadamente, diagnóstico para a Integração do Comércio (EDIC); Estudo sobre as fontes de crescimento realizado em 2010 e Plano Nacional de Investimento Agrícola (PNIA).

2.5. Mulher e Educação

Os objetivos estratégicos da DPAB definem que:

O Estado deve Assegurar a igualdade do acesso à educação; Erradicar o analfabetismo entre as Mulheres; Melhorar o acesso das Mulheres a formação vocacional, a ciência e a tecnologia e a formação contínua das mulheres; Desenvolver a educação e formação não-discriminatórias; Alocar recursos suficientes para a implementação de reformas educacionais e monitorar a sua implementação; Promover a educação e a capacitação das meninas e Mulheres para toda a vida.

Progressos e constrangimentos

Compreende-se cada vez mais que a melhor forma de promover os direitos das mulheres é a sua capacitação e empoderamento através da escolarização, formação técnica e profissional.

Os dados demonstram que no sector educativo é domínio onde as mulheres guineenses estão mais penalizadas, com falta de oportunidades de acesso a escola, provocadas tanto pela falta de disponibilidades de infra-estruturas e meios económicos, como por razões

socioculturais. Segundo o MEN, na população de mais de 15 anos, as mulheres apresentam uma taxa de analfabetismo de 63,1% contra 34,8% dos homens.

Segundo um estudo CAP realizado por UNICEF em 2013 em algumas regiões onde algumas organizações não-governamentais atuam na promoção dos direitos das mulheres e meninas, nas regiões mais populosas do interior do país mais de 90% das mulheres não são alfabetizadas e das meninas colocadas nas escolas, apenas 20% consegue chegar ao ensino secundário e número muito reduzido consegue terminar o ensino secundário. Para os que conseguem terminar o liceu, não existem oportunidades locais de formação.

As ações estão a ser empreendidas para inverter a situação, o Ministério da Educação Nacional, em colaboração com algumas ONG estão a levar a cabo cursos de alfabetizações e de formação técnica adaptada.

O Departamento de Educação de Adultos do Ministério de Educação realça com algum apreço os cursos noturnos de alfabetização e formação técnica realizados por algumas ONG e outros que permitiram ensiná-las a ler e escrever e ao mesmo tempo forma-los em termos de produção e gestão dos seus rendimentos e melhoria de cuidados básicos a ter com as suas crianças.

Também o Ministério da Educação, em colaboração com o Programa Alimentar Mundial e o UNICEF concebe programas de combate ao abandono escolar precoce das raparigas, através de fornecimento de alternativas a participação das meninas na produção da subsistência familiar.

Estas políticas têm dado alguns resultados, porque ao nível dos liceus dos principais centros urbanos e da capital o número de raparigas estão a aumentar consideravelmente, mesmo nas escolas técnico-profissionais.

Também, foram incentivadas a entrada das mulheres nas escolas de formação de professores, assim, ao nível da escola de formação de professores de ensino básico o número de alunas ultrapassa 50% dos inscritos, na formação para o ensino liceal, apesar de continuar haver mais homens do que mulheres, o número destas aumenta cada ano.

Agora o país dispõe de vários cursos de formação de educadoras infantis, algumas organizadas pelas ONG e outras pelas instituições públicas, destas ações destacam-se a escola de formação da ONG Ação para o Desenvolvimento (AD) extensivo para algumas regiões do interior do país; da Escola solidariedade em Bissau e um curso

superior organizada pelo pólo da Universidade Católica da África Ocidental da Guiné-Bissau.

Estas últimas situações apresentadas, apesar de insuficientes, revelam os esforços que estão a ser empreendidos, uma vez que o envolvimento de mais mulheres no ensino e formação pode incentivar mais a escolarização desta camada da população. O país dispõe de uma Carta Política do Sector da Educação para o período 2009-2020, onde escolaridade das mulheres foi bem destacada.

Apesar de esforços empreendidos pelo governo e algumas ONG, a taxa líquida de frequência no ES é respetivamente para a rapariga de 19,9% e para os rapazes de 27,3%. Esta disparidade aumenta com a idade dos alunos, devido ao maior abandono por parte das raparigas a medida que crescem, sendo de 16,8% para as que têm 17 anos. As causas do abandono escolar da rapariga e do rapaz diferem, demonstrando que as disparidades no ensino têm por principal fundamento as desigualdades de género: sendo o abandono pela rapariga devido principalmente à gravidez (17,0%) e ao casamento (17,2%), e o do rapaz à necessidade de trabalhar (38,6%) e ao desinteresse (19,1%). O nível de rendimentos da família, a distância para se chegar ao estabelecimento escolar e a residência no meio rural constituem fatores agravantes desta fraca frequência e difícil manutenção das raparigas no ES.

2.6. Mulher e Conflito armado

Os objetivos estratégicos da DPAB definem que:

O Estado deve aumentar a participação das mulheres na resolução de conflitos ao nível da tomada de decisões e proteger as mulheres vivendo em situações de conflito armado e outros ou sob ocupação estrangeira; Reduzir as despesas militares excessivas e controlar a disponibilidade de armas; Promover formas não violentas de resolução de conflitos e reduzir a incidência de violações de direitos humanos das mulheres em situações de conflito; Promover a contribuição das Mulheres no desenvolvimento de uma cultura de paz; Providenciar a proteção, assistência e formação a Mulheres refugiada, assim como de outras Mulheres deslocadas que necessitem de proteção internacional e Mulheres deslocadas internas.

Progressos e constrangimentos

Apesar dos vários conflitos que a Guiné Bissau conheceu nos últimos anos, não existem registos de casos de mulheres que sofreram violência durante esse período. No entanto tendo em conta ao elevado nível da pobreza sobretudo nas mulheres, as diferentes missões de manutenção da paz tem contribuído para o aumento do nível da promiscuidade no País. Ainda o elevado índice da pobreza feminina, leva-as a procurarem o pão de cada dia atravessando fronteiras de conflito como a zona de Casamança para compra e venda de produtos nos Países vizinhos, algumas vezes elas sofrem saques das suas mercadorias e algumas são violadas sexualmente. Apesar de não existir nenhum mecanismo interno de protecção das mulheres em situações de conflito, o País adoptou a resolução 1325 das Nações Unidas e já dispõe de um plano de acção para a sua implementação. Adicionado a isso existem organizações da sociedade civil a trabalharem na promoção da cultura de paz.

2.7. Mulher e a Tomada de Decisão

Os objetivos estratégicos da DPAB

Estado deve adotar medidas que assegurem o acesso equitativo e a plena participação das Mulheres nos órgãos de poder e de tomada de decisão; Aumentar a capacidade das Mulheres para participar na tomada de decisão e liderança.

Progressos e constrangimentos

A Guiné-Bissau durante o Monopartidarismo conheceu progressos assinaláveis em termos de participação no poder (1973-1994) o N° de Deputadas evoluiu de 10-30. Enquanto que no multipartidarismo em que se contava ter mais deputadas verificou-se o contrario: Segundo a ANP, 9 deputadas (1994-99), 7 (1999-2004), 13 (2004-2008), 10 (2008-2012) e actualmente registamos uma ligeira melhoria com 14 deputadas para a legislatura (2014-2018).

Actualmente no governo registou-se uma ligeira melhoria da presença das mulheres no governo que é composto por 31 membros, 6 são mulheres contra 25 homens, o que corresponde a uma taxa de 19,3%.

No Poder Judicial, segundo dados fornecidos do ano 2009 do Conselho superior da Magistratura Judicial, num total 9 juizes conselheiros apenas 1 era mulher, dos Juizes embargadores num total de 8 não existe nenhuma mulher, dos Juizes de direito, no total

de 33, 10 são mulheres, Juizes de sector, no total de 29, apenas duas são mulheres. Na Procuradoria-Geral da república, no total de 11 procuradores gerais só uma é mulher, procuradores gerais adjuntos, no total de 7, 2 são mulheres. Dos delegados de procurar geral da república, num universo de 62 temos apenas 9 mulheres.

Ao nível das estruturas descentralizadas, dos 8 governadores regionais, existe apenas uma mulher. Dos 38 Administradores de sector, 5 são mulheres.

A nível da Função publica, segundo os dados do último recenseamento dos funcionários públicos, as mulheres representam 3.853 efectivos contra 8.597 de efectivos masculinos, num total de 12.450 funcionários.

2.8.Mecanismos institucionais visando a promoção da Mulher

Os objectivos estratégicos da DPAB definem que:

O Estado deve criar e fortalecer os mecanismos nacionais e outras instituições governamentais para Integrar a perspectiva de género na legislação, políticas públicas, programas e projetos; Produzir e disseminar dados desagregados por sexo e informações para uma melhor planificação e avaliação.

No que se trata da criação de mecanismos institucionais e instrumentos que promovem o avanço da mulher, estabeleceu-se um quadro institucional para a coordenação, implementação e monitoria, sendo a questão da promoção da mulher e da IEG gerida no País por um dispositivo nacional que integra quatro mecanismos:

O mecanismo público encarregue desta questão é o Ministério da Mulher, Família e da Solidariedade Social, (MMFSS) e o Instituto da Mulher e da Criança (IMC);

Os mecanismos sectoriais que prestam o apoio a nível técnico são constituídos pelo Comité Nacional para o Abandono das Praticas tradicionais Nefastas a Saúde da Mulher e da Criança (CNAPN),o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica (GICS), O Comité das Forças de Defesa para as Mulheres Militares (CFDSMM) e o Núcleo de reflexão sobre o Género (NRG);

Os mecanismos que o apoiam financeiramente e tecnicamente (o governo através da OGE, são compostos pelos parceiros multi e bi laterais);

Os mecanismos que agem no sentido da protecção da mulher vítima de violência, são formados pelo IMC, o CNAPN, O Gabinete de Apoio a Mulher e a Criança da Policia Judiciaria (GAMCPJ), os CAJ, e os tribunais especializados, organizações da sociedade civil tais (Movimento Nacional da Sociedade Civil (MNSC), a Rede Nacional de Luta

Contra a Violência no Género e na Criança (RENLUV-GB), a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), O Observatório dos Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (ODHDD), Sinim Mira Nassique (SMN), a Associação de Mulheres Alternativa e Resposta (AMAR), a Rede de Mulheres africanas ex-ministras e Parlamentares (REMAMP) Rede de Mulheres para a Paz no espaço CEDEAO (REMSECAO)); a ANP (Comissão Especializada para os Assuntos da Mulher e da Criança (CEAMC)).

A estes mecanismos ainda adiciona-lhes algumas estratégias e políticas nacionais de promoção e proteção das mulheres. Por exemplo, aprovação da Política Nacional para a Igualdade e Equidade do Género (PNIEG), a estratégia nacional para o Abandono da Excisão, os Documentos da estratégia nacional para a Redução da Pobreza (DENARP), a Elaboração de uma série de estratégias de género sectoriais especialmente, da Saúde, da Educação, do Ambiente e Mudanças Climáticas, da Função Pública, do Emprego e Formação Profissional.

No que concerne aos planos é de destacar o Plano Nacional de Ação para o abandono da Excisão (2010-2015), o Plano nacional de ação para o Combate a Violência baseada no género, (2014-2018), o Plano nacional para a implementação da Resolução 1325 das NU, o Plano estratégico nacional de luta contra o HIV-SIDA, Carta Política do Sector da Educação (2009-2020).

O quadro institucional político e legal propiciou a criação de um ambiente, para o desenvolvimento de ações ao nível das instituições públicas, da sociedade civil e privadas, que resultaram em progressos significativos em torno da igualdade de género e empoderamento da mulher, em todas as esferas da vida política, social, económica e cultural do País.

É de salientar que, antes dos últimos golpes de Estado que o País conheceu, havia em cada Ministério um ponto focal para questões de género, assim como em cada estrutura administrativa regional e sectorial. Ao nível das organizações da sociedade civil e dos projetos de desenvolvimento, todos naquela altura contavam com responsáveis de género. Foi nessa época, que se conheceu uma maior atenção em termos do desenvolvimento económico da Mulher com a criação da maior organização de mulheres de atividade económica (AMAE).

O MMFSS através do IMC em colaboração com o Ministério do Plano e os diferentes parceiros de cooperação, têm liderado uma série de processos de capacitação dos

Técnicos de diferentes Ministérios e organizações da sociedade civil em matéria de integração de género nas políticas, planos e estratégias sectoriais e planificação.

O desempenho dos parceiros contribuiu para os resultados positivos verificados, não só na implementação de atividades que propiciam a elevação do estatuto da mulher, mas também uma atenção especial aos assuntos de género e no fortalecimento da capacidade nacional, para implementação dos acordos internacionais, legislação nacional e políticas para a promoção da igualdade de género. Realça-se igualmente que todo este processo foi possível graças a vontade do governo, do engajamento dos parlamentares, da colaboração das organizações da sociedade civil, principalmente as que trabalham no domínio da promoção e proteção dos direitos das mulheres. Por outro lado, o reforço das capacidades políticas das mulheres e da existência do Grupo Temático Género das NU.

2.9. Os Direitos fundamentais da Mulher

Objetivos estratégicos da DPAB definem que:

O estado deve Promover e salvaguardar os direitos humanos das mulheres através da implementação total de todos os instrumentos sobre direitos humanos, especialmente a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; Garantir a igualdade e a não-discriminação na Lei e na prática.

A Constituição da República da Guiné-Bissau estabelece os fundamentos para a salvaguarda dos direitos humanos da mulher. A igualdade de direitos entre homens e mulheres perante a lei em todas as esferas da vida social, política, económica é um princípio estabelecido pela constituição e que é materializado através de legislação, políticas, programas e planos nacionais em todas as áreas. O Estado Guineense, assinou e ratificou a Convenção sobre eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres tendo aderido ao respetivo protocolo adicional.

No cumprimento das obrigações nacionais daí decorrentes, o principal marco desde 2009 foi a aprovação da Lei 14/2011 de 6 de Julho que preveni e criminaliza a prática de excisão, a lei sobre o tráfico de seres humanos com maior realce para as mulheres e crianças, e a lei sobre Violência Doméstica. Para garantir a implementação efetiva destas leis, foram feitos enormes esforços para o fortalecimento da capacidade dos principais intervenientes, que zelam pela implementação da lei ao nível do judiciário e da justiça (formação de policias de ordem pública, da policia judiciaria, dos magistrados

do Ministério público assim como dos Juízes dos diferentes tribunais do País), assim como nas áreas de saúde. Atualmente estão em curso esforços com vista a remoção de todas as disposições discriminatórias contra as mulheres no Código Penal no âmbito do processo de revisão do mesmo. O Governo está igualmente empenhado no desenvolvimento de ações com vista a reforçar a observância dos direitos humanos das mulheres através da implementação de todos os dispositivos legais nacionais, regionais e internacionais. Este empenho é testemunhado pela criação, junto do Ministério do interior de um departamento de género, proteção de pessoas vulneráveis e Direitos Humanos, com o objetivo de apoiar e atender, sobretudo os casos de mulheres vítimas de violência. Ao mesmo tempo ao nível das regiões em cada departamento da POP existe um gabinete de serviços de proteção pública, que tem dado grande apoio no atendimento e encaminhamento dos casos relacionados com mulheres e outras pessoas vulneráveis. Existe igualmente o serviço regional de proteção de refugiados principalmente as mulheres.

Apesar da existência de mecanismos legais a vários níveis, da promoção da mulher, algumas práticas socioculturais ancoradas no patriarcado limitam o exercício dos direitos humanos da mulher quer a nível pessoal, como a nível familiar comunitário.

A mulher continua a confronta-se com situações que a impedem de usufruir plenamente dos seus direitos, mesmo quando estes sejam reconhecidos pelo Estado.

A nível da família perduram as práticas nefastas tais como, o *casamento precoce e forçado*, a *poligamia*, as restrições da mulher ao acesso à *herança familiar*, a sua inclusão como bem de herança para o homem -*levirato*, *sororato*. Grosso modo, estas práticas anulam ou limitam a mulher o direito à liberdade de escolher e decidir sobre a sua própria vida e ao seu próprio corpo. Enquanto ao homem é-lhe atribuído qualidades de gestor e de decisor na família, sendo estes papéis reforçado pelo sistema de casamento poligâmico de vertente poligénico, isto é, um homem pode ter várias mulheres. A poligamia reforça a negação à mulher o direito e liberdade de escolher como e com quem viver. Portanto, as relações de poder entre as co-esposas decorrem de três elementos: ser primeira a casar-se com o homem, a idade das mesmas e natureza de aliança entre o marido e a família de origem da esposa.

A nível da comunidade, o exercício dos direitos da mulher é essencialmente contrariado pelas práticas socioculturais consuetudinárias.

O analfabetismo, a dependência económica, a não formalização dos casamentos, a falta de informação em relação aos seus direitos, a quase inexistência das estruturas de informação, de acolhimento e de proteção jurídicas e a manutenção dos estereótipos, agravam a condição da mulher.

2.10.A Mulher e os Média

Os objetivos estratégicos da DPAB

O estado deve aumentar a participação e o acesso das mulheres à expressão e tomada de decisão, nos meios de comunicação social e nas novas tecnologias de comunicação;

Promover uma representação não estereotipada das mulheres nos meios de comunicação social.

O quadro legal favorece a introdução de mudanças em favor da IEG ,com a implementação das seguintes disposições legais: *-Lei de Imprensa, Estatuto dos Jornalistas, Decreto de Registo de Imprensa, e Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social-*. Pois, ao introduzir a liberdade da imprensa e a liberdade de expressão, o novo quadro mediático favorece as iniciativas privadas e consequentemente cria condições para uma intervenção mais sistemática e melhor planificada relativamente às questões de género e promoção da IEG.

Quanto a existência de Mulheres jornalistas, constata-se que elas estão mais presentes nas áreas de comunicação de maior visibilidade, nomeadamente na televisão, ao nível de apresentadores de programas e repórteres. A rádio e as fontes impressas apresentam uma participação relativamente menor.

Os meios de comunicação social nacionais promovem espaço para a disseminação de informações relativas ao género, mas também relacionadas com os papéis tradicionais reservadas a mulher. A Televisão da Guiné-Bissau (TGB), tem semanalmente um espaço de uma hora de programa denominada, Mulher em Foco, no qual são debatidos e analisados os diferentes aspetos relacionados com a mulher. A maior parte das rádios possuem programas específicos, onde apresentam debates e discussões à volta da vida da mulher.

De entre as atividades desenvolvidas para a prossecução dos objetivos para a área de comunicação social, foram formados um número considerável de profissionais de comunicação social em aspetos relacionados com os direitos humanos das mulheres, por

um lado. Por outro, sobre a linguagem apropriada nas abordagens que visam desincentivar estas práticas nefastas.

Foram criadas rádios comunitárias em quase todas as regiões do País, que emitem programas em línguas locais, de modo a permitir um maior acesso às mulheres à informação nas zonas rurais. Estas rádios têm como um dos objetivos, a capacitação e formação contínua em género e desenvolvimento e direitos humanos. Isto é, produção de programas radiofónicos, que têm como base as leis e políticas favoráveis à igualdade entre mulheres e homens na sociedade.

O Sindicato de Jornalistas e Técnicos de Comunicação Social possui um departamento de promoção da Mulher tendo como um dos objetivos a sensibilização dos órgãos de comunicação social para a integração e o recrutamento das mulheres assim como para a melhoria da imagem da Mulher na Comunicação social.

Apesar de esforços acima destacados, persistem situações que dificultam o desenvolvimento e a promoção da mulher nos órgãos de comunicação social. O que pressupõe o desenvolvimento de competências, em matéria de género, do pessoal que elabora e apresenta os programas de comunicação social tanto nacionais como privados, de forma a eliminar os estereótipos veiculados em relação ao género.

2.11.A Mulher e o Ambiente

Os Objetivos estratégicos da DPAB

O Estado deve envolver ativamente as mulheres na tomada de decisões sobre o ambiente a todos os níveis; Integrar os assuntos e a perspectiva de género nas políticas e programas para o desenvolvimento sustentável; Fortalecer e estabelecer mecanismos ao nível nacional, regional e internacional para avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento e do ambiente sobre as mulheres.

Progressos e constrangimentos

Para a área do ambiente foram aprovados alguns microprojectos de sinergias, para o alívio à pobreza no âmbito das Convenções do Rio (Seca e Desertificação, Biodiversidade e Mudanças Climáticas). A maior parte dos beneficiários destes microprojectos foram às Mulheres.

No âmbito da promoção de boas práticas ambientais, foi criado junto do Ministério da educação, um programa de educação ambiental destinado as escolas, denominado de

PALMEIRINHA. Este Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental, com uma forte componente de consciencialização ambiental e apelo ao plantio de árvores nas escolas e a criação de florestas comunitárias, de modo a contribuir para a satisfação das necessidades crescentes das Mulheres e das comunidades mais pobres. Largas campanhas de informação e de sensibilização têm sido realizadas no sentido de uma utilização mais racional dos Recursos Naturais para permitir uma restauração mais rápida destes, insistindo principalmente sobre o desgaste dos solos, as queimadas, e a sobre utilização de determinados RN. Desde a ratificação da Convenção sobre a Biodiversidade em 1992, o Estado reconhece a necessidade de enveredar para uma participação efetiva e ativa das comunidades locais nesta gestão. Foi adotado o Plano Nacional contra a desertificação e degradação das terras, que tem como objetivo, *“aumentar o envolvimento dos camponeses com especial atenção para as mulheres no processo de luta contra a desertificação e pobreza”*. Estas ações tiveram grandes impactos a nível da cooperação com as organizações da sociedade civil intervenientes no domínio que fizeram um grande trabalho junto das comunidades, que resultou na constituição de florestas Comunitárias protegidas e de espécies marinhas. Por outro lado, o referido plano visa também contribuir para a redução das desigualdades de género e promover a mudança gradual de mentalidades, tanto do homem, como da Mulher.

A nível do IBAP, outras actividades foram introduzidas como alternativa a exploração ambiental que era feito pelas mulheres (actividades de AGR, transformação de pescado e coleta e plantio de ostras). O projecto seguimento e monitoria de conchas, uma actividade virada para as mulheres. O uso de fogões melhorados, a transformação do sal via solar, o uso da lenha assim como introdução do apoio a exploração de produtos florestais não lenhosos (cabaceira, veludo, mandiple, foli etc.) como alternativa para a conservação de floresta em substituição da lenha para cozinha.

2.12. A pequena infância

Os Objectivos estratégicos da DPAB

O Estado deve Eliminar todas as formas de discriminação contra a rapariga; Eliminar as práticas e atitudes culturais negativas contra a rapariga; Promover e salvaguardar os direitos da rapariga e aumentar a consciência sobre as suas necessidades e do seu potencial; Eliminar a discriminação contra as Jovens raparigas na educação,

desenvolvimento de habilidades e formação; Eliminar a discriminação contra Jovem raparigas na saúde e nutrição; Eliminar a exploração económica do trabalho infantil e proteger as Jovens raparigas que trabalham; Erradicar a violência contra a Jovem rapariga; Promover a consciência sobre e a participação da rapariga na vida social, económica e política.

Progressos e constrangimentos

O princípio da igualdade e da não-discriminação encontra-se espelhado em vários instrumentos nacionais e internacionais adotados pelo País, assim como em várias políticas e estratégias de desenvolvimento, tais como a constituição da República e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

No que se trata de políticas e estratégias de desenvolvimento, destaca-se o Programa Nacional de Educação para Todos, adotado em 2003, que realça particularmente a importância da escolarização das raparigas, através de uma aliança para a educação das mesmas. Neste programa, estabelece-se que o SNE se orienta pelo princípio de que a educação é um “direito e dever de todos os cidadãos”. A mesma preconiza a garantia do ensino básico a todos os cidadãos e assegura o acesso de todos os guineenses à formação, estabelecendo medidas de apoio e complementos educativos, visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar principalmente para raparigas.

Uma das prioridades atuais e futuras do Governo, é a eliminação gradual das desvantagens enfrentadas pelas crianças que vivem em zonas rurais, relativamente ao acesso a direitos e serviços oferecidos em zonas urbanas (especialmente educação, saúde, registo civil), o que se pode notar hoje com a grande presença de ONG a intervir nestes domínios.

Na Guiné-Bissau, não há registos de discriminação sistemática ou deliberada de crianças com base na cor, na origem social ou étnica, ou com base em quaisquer outros critérios, incluindo manifestações de xenofobia ou de atitudes negativas e discriminatórias.

O governo em colaboração com as ONG e a sociedade civil em geral e com o apoio dos parceiros internacionais (SNU, Embaixadas, Fundações etc.) levaram a cabo uma série de campanhas de informação e de sensibilização, para prevenir ou eliminar disparidades e atitudes negativas resultantes da ignorância, de preconceitos e de práticas tradicionais

ou religiosas, que possam promover a discriminação de crianças. Estes fatores manifestam-se principalmente em relação à rapariga (especialmente em zonas rurais), às crianças com deficiência.

Em relação à rapariga, o Estado Guineense subscreveu a Declaração de Beijing, estando em implementação varias iniciativas visando dar sequência à Quarta Conferencia Mundial sobre as Mulheres. Entre estas, destacam-se as ações com vista a assegurar a educação da rapariga, visando eliminar as disparidades no acesso à educação entre rapazes e raparigas, implementado pelo Ministério da Educação com a participação da sociedade civil. Como resultado, a proporção de meninas em relação aos rapazes no ensino básico aumentou para 61,7% de meninas contra 61,8% de rapazes. No ensino secundário, 19,9% de meninas contra 27,3% de rapazes.

A disparidade de género no ensino básico tem diminuído, mas ainda persiste. O aumento das inscrições nas escolas do ensino básico foi favorecido por uma tendência globalmente positiva nas matrículas das raparigas: Em 2005, as raparigas representavam cerca de 47% dos inscritos no ensino primário. Comparado com 1995, representa um aumento de 6% da proporção das raparigas em relação aos rapazes. Contudo, essa média esconde disparidades regionais”

Nos últimos 5 anos, foram desenvolvidos esforços no sentido de dotar o sector de uma política, de uma estratégia e planos de ação de maneira a sanear a situação. A questão da promoção da IEG é explicitamente abordada nestes documentos, e a correlação, entre as desigualdades de género e a educação, sublinhada. A questão da IEG está inscrita como princípio de base para o acesso de todos a uma educação de qualidade, qualquer que seja o nível e o subsistema, na Carta de Política do Sector da Educação, revista para os próximos anos e no DENARP II, recentemente adotado.

É necessário sublinhar que a erradicação destes males sociais discriminatórios, ultrapassa as responsabilidades do Governo, tendo em consideração que continua a exigir uma responsabilidade da Sociedade Civil e outros parceiros nacionais e internacionais.

A Constituição do País garante o direito das crianças ao bem-estar assim como à proteção da família, do Estado e da Sociedade, visando o seu desenvolvimento integral. A Lei Sobre a Promoção e Proteção dos Direitos da Criança estabelecem, no seu articulado disposições relativas aos Direitos à vida, a sobrevivência e ao desenvolvimento.

Apesar da legislação proibir o trabalho infantil, este continua a constituir uma preocupação, na medida em que, a situação da pobreza persiste no país. Formalmente, a idade mínima para o acesso ao trabalho é de 16 anos. Todavia, tendo em conta a situação económica das famílias, muitas crianças começam muito cedo a trabalhar como vendedeiras para poderem apoiar e até garantir o sustento das famílias.

Não obstante a tal proibição, tem havido relatos e ocorrência de casos de violação dessas crianças que se dedicam muito cedo ao trabalho no sector informal (comércio, trabalho doméstico).

Os fatores que contribuem para a ocorrência de casos de violação são a pobreza crónica do meio familiar, a não existência de mecanismos de apoio familiar, o desemprego dos progenitores e parentes adultos e a falta de oportunidades educacionais, etc.

Para reverter esta situação foram realizadas ações de divulgação dos instrumentos que protegem a criança do trabalho infantil e sensibilização dirigidas às famílias, às comunidades, para que possam ser conhecidos e respeitados os direitos da criança.

Com vista a acelerar as ações realizadas no âmbito da Prevenção e Combate ao trabalho Infantil, está em curso o processo de elaboração do Plano Nacional de Ação para o Combate ao Trabalho Infantil.

Com assistência da OIT, a Guiné-Bissau aderiu ao Programa Internacional para o Combate ao Trabalho Infantil, que pela previsão terá a duração de um ano ou ano e meio esperando-se que seja o ponto de partida para o estabelecimento de um Programa Nacional de Prevenção e Combate à Exploração do Trabalho Infantil no País.

Relativamente ao atendimento das vítimas de violência doméstica e da violação sexual, o IMC, o CNAPN em parceria com as ONG vocacionadas nomeadamente, criaram mecanismos de atendimento às vítimas de violência doméstica nas suas sedes. O mesmo mecanismo foi instalado junto da POP e da PJ através de gabinetes especializados para esses casos.

No âmbito da implementação dos instrumentos nacionais e da Carta Africana Sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança e de outros instrumentos de que o País é parte, foi criado com o apoio do UNICEF, O Comité Nacional de tráfico Para acabar com a discriminação entre as crianças nascidas fora ou dentro do casamento, foi abolida pela força da Constituição a discriminação entre os conjugues quanto ao direito e deveres, entre os filhos nascidos nas circunstância do matrimónio – filho legítimo e os nascidos

fora do matrimónio filhos ilegítimos por forma a construir uma sociedade regida pelos princípios de igualdade de direitos e deveres entre os filhos.

O nosso ordenamento jurídico não dispõe de um preceito que pune a prática do casamento forçado. Logo a manutenção das meninas nos estabelecimentos do ensino, principalmente no secundário, constitui a maior preocupação para a população escolarizada (12 a 17 anos).

PARTE 3. DADOS ESTATÍSTICOS

O Instituto Nacional de Estatísticas e Censo (INEC) é a instituição responsável pela produção e difusão de estatística oficial no País. Nos períodos passados, as estatísticas fornecidas não traziam dados desagregados por sexo, mas nos últimos anos sobretudo com a colaboração dos parceiros, iniciou-se a introduzir esses dados nos trabalhos estatísticos nacionais.

As estatísticas sobre género são produzidas através da incorporação da dimensão de género nos diferentes censos e inquéritos que são as principais formas de recolha de dados e informação estatística. Neste âmbito também existe o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), que tem participado através dos seus estudos, no fornecimento de dados através dos estudos realizados. Contudo, os mesmos dados podem também ser encontrados e recolhidos parcialmente pelas ações desenvolvidas em sectores especiais como é o caso da educação, saúde, entre outros (ver o quadro em abaixo).

A dimensão de género principalmente através da desagregação de dados por sexo vem especificada nos Inquéritos Demográficos de Saúde, Inquérito à Força de Trabalho e Inquéritos aos Agregados Familiares. A PNIEG traz um capítulo denominado Homens e Mulheres em cifras que apresenta alguns indicadores seleccionados de género com objetivo de analisar a situação das mulheres em vários domínios como se apresenta no quadro a seguir:

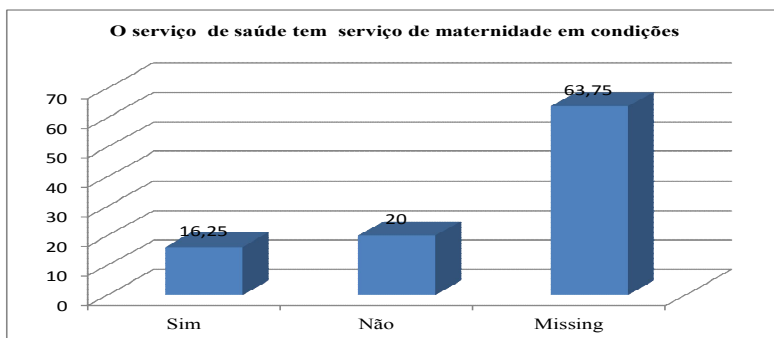
POPULAÇÃO		SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA	
- PopulaçãoFeminina	51,4%	- nº de filhos por mulher	5,0
- PopulaçãoMasculina	48,6%	- Taxa de fecundidade entre as	141
- Mulheres em idade de procriar (49,6	Mortalidadematerna	
- Adolescentes de sexo feminino	11,7	- Taxa de mortalidade materna	800
- Mulheres da terceira idade	1,6 %	Taxa de prevalênciacontraceptiva	10,3
Esperança de vida.	48,6	Mulheres, de 15-49 anos, com	14,3
- Mulheres.	47	vida coniugal	
- Homens .	43	Casamento e gravidezespécies	
População residente na Zona rural	60,4	- Mulheres que tiveram um filho	
- Mulheres	50,4	- Adolescentes que já tem pelo	
- Homens	49,5		
População residente na Zona	39,6	Fistulas obstétricas	
- Mulheres	52,3	- Entre as mulheres em idade	0,4%
- Homens	47,7	MutilaçõesGenitaisfemininas [MGF]	
Mulheres chefes de agregado	22,5	- Prevalência entre as mulheres	50,0
ECONOMIA E EMPREGO		- Prevalência entre as meninas (0-	39,0
Taxa de actividade	54,1%	VIH-SIDA	
- das mulheres	56,1%	Prevalência entre a população	3,6%
- dos homens	43,9%	Prevalência entre os jovens (15-	3,2%
- Nº de H activos para 100 M	61	- entre as raparigas	5,0%
Taxa de desemprego	10,5%	- entre osrapazes	1,5%
- das mulheres	24,6%	Prevalência entre as mulheres	6,4%
- dos homens	75,4%	ANALFABETISMO DOS ADULTOS (15+	
EDUCAÇÃO		Analfabetos no pais	47,8
Escolarização no primário (6-12	67,4	- Homens	32,5
- Rapazes	61,8	- Mulheres	62,0
- Meninas	61,7		
- Nbmeninaspara 100 rapazes	93		
Escolarização no secundário (13-17	23,5%	VBG –VIOLENCIAS BASEADAS NO	
- Rapazes	27,3%	As queixa das mulheres	100,
- Raparigas	19,9%	- Violênciasfísicas	
Nº raparigaspara 100 rapazes	73	- Violênciaspsicológicas	
Posse de um diploma profissional,		- Violênciassexuais	
- Rapazes	72,7%	- Outrasformas de VBG..	
- Raparigas	28,3%	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	
PAZ E SEGURANÇA		No Parlamento	
Exército		- Mulheresdeputadas	10,0
- Mulheres		- Homensdeputados	90,0
- Homens	95,1	No Executivo	
Polícia		Ministros	
- Mulheres	14,3	- Mulheres	18,7
- Homens	85,7	- Homens	81,3
PolíciaJudiciária			%

-	Mulheres			Secretários de Estados	
-	Homens	89,6		-	Mulheres
				-	Homens
					91,7
SOCIEDADE CIVIL				No poder judicial	
-	ONGs Nacionais da Direcção das quais a mulher é membro	53,6		Juízes	
				-	Mulheres
					28,0
				-	Homens
					72,0
				Delegados do Ministério Público	
				-	Mulheres
					13,0
				-	Homens
					87,0

Fonte: PNIEG

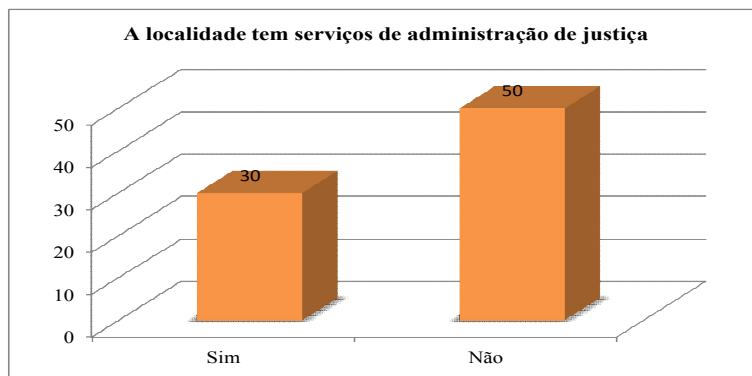
No que se trata de dados estatísticos, o inquérito que tem trazido várias informações desagregadas por sexo é o denominado inquérito sobre os indicadores múltiplos (MICS) que é produzido de 4 em 4 anos e traz dados sobre vários domínios. Um outro estudo que traz alguns dados estatísticos sobre esta temática e que consta nos gráficos em baixo é o estudo CAP-2013, feito pela Afroteste/UNICEF, sobre direitos das mulheres em algumas regiões do País, que permitem tirar algumas conclusões da situação atual dos direitos das mulheres.

Gráfico 1 – Centros de saúde com serviço de maternidade em condições



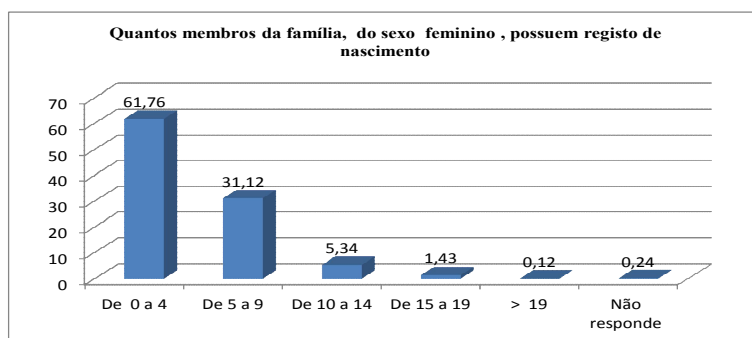
Fonte: Afroteste/UNICEF

Gráfico 2 – Localidade com serviços de administração de justiça



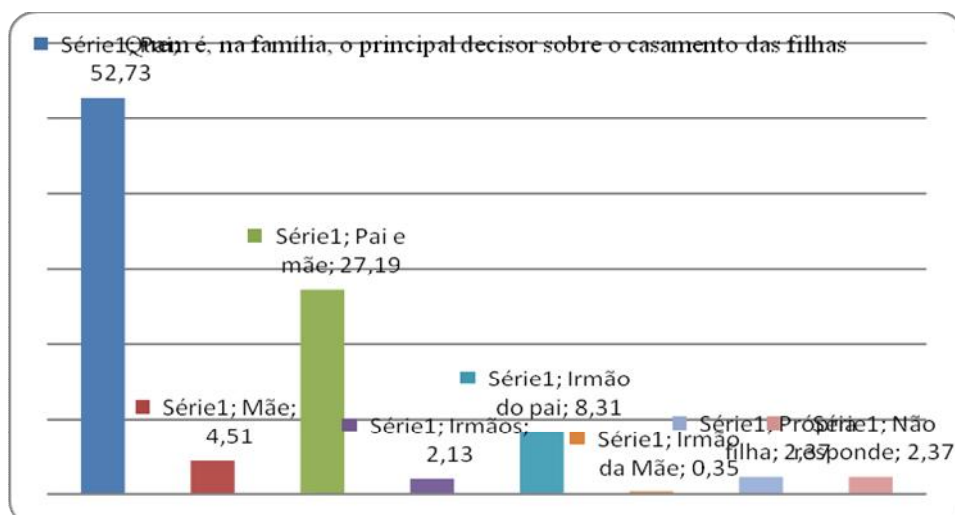
Fonte: Afroteste/UNICEF

Gráfico 3 – Membros da família, do sexo feminino, que possuem registo de nascimento



Fonte: Afroteste/UNICEF

Gráfico 4 - Quem na família é o principal decisor sobre o casamento das filhas



Fonte: Afroteste/UNICEF

De acordo com as apreciações feitas em termos de ações e iniciativas, conjugadas com os dados estatísticos das situações existentes e dos resultados alcançados, pode-se concluir que foram registados alguns progressos na melhoria das condições da mulher e com reflexos nas crianças. Constata-se existência de uma consciência sobre questões do género no país. Regista-se uma apropriação de alguns conceitos que constituem novas formas de abordagem de questões de género e da mulher em especial. Contudo, registam-se inércias nas aplicações de alguns compromissos para a prossecução de alguns objetivos e Falta de continuidade de ações e políticas adotadas, que podem ser explicados, principalmente pela persistência dos fatores socioculturais e pela falta de recursos financeiros.

PARTE IV: PRIORIDADES E RECOMENDAÇÕES

4.1. Prioridades

A reflexão sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio conclui o seu arranque foi lento, apesar de alguns países terem tido considerável apoio político e financeiro. Eles foram adaptados para enquadrar as necessidades locais e usados como uma medida de progresso em muitos países.

No debate à volta deste assunto, faz-se menção às críticas que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foram alvo devido ao facto de não terem sido transparentes do ponto de vista das desigualdades nos países. Por exemplo, refere-se que o objetivo 3 sobre a igualdade de género e empoderamento da mulher foi muito superficial, por não ter incluído muitos aspetos de discriminação enfrentada pela mulher.

Deste modo, para os próximos passos, deve ser defendida e discutida a importância de um quadro de desenvolvimento que seja estruturado com base nos objectivos existentes, que responda aos desafios emergentes e que esteja centrado na igualdade de género e empoderamento da mulher.

Deste modo, o novo quadro e o objetivo de género proposto devem ter em vista a eliminação da violência contra mulheres e raparigas e devem também alargar as escolhas e oportunidades das mulheres, incluindo assegurar o acesso à educação, recursos, proteção social e saúde sexual e reprodutiva. Defendeu-se que as mulheres

devem participar na tomada de decisão e é necessário definir bons indicadores neste aspeto.

Nos grandes debates a nível internacional sobre esta matéria, propõem que a futura agenda de desenvolvimento, deva retirar o atual objetivo 3 sobre a igualdade de género e empoderamento da mulher e substituí-lo por um quadro de direitos humanos, com uma inteira realização de direitos da mulher como um objetivo em si. Ele deve incluir a eliminação de todas as formas de discriminação baseada no género e fazer face às políticas macroeconómicas a nível global e nacional e também aprofundar os assuntos estruturais de poder, transparência, partilha de recursos e tomada de decisão.

Relativamente à nossa Sub-região Africana que esta dividida em duas partes: Uma com a visão política a Comunidade dos Estados da Africa Ocidental (CEDEAO) e a outra com a visão do desenvolvimento económico a União Económica e Monetária dos Estados Oeste africanos (UEMOA), de que somos parte integrante, todos eles têm ao mais alto nível comissários para área de género e na qual pensamos que há uma necessidade de se introduzir a esses níveis aspetos ligados especialmente com:

Intensificação de campanhas que visam lidar com as causas da violência contra as mulheres e crianças, especialmente a violência doméstica.

Aumento do acesso universal ao ensino de qualidade, para raparigas, rapazes mulheres e homens,

Promoção do empoderamento económico da mulher para combater a pobreza e a violência contra a mulher,

Garantia de maior e igual acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva de qualidade, respeitando os direitos, a opinião e escolha de cada uma assim como do acesso de informação necessária para uma melhor compreensão desses direitos.

Proteção e promoção dos direitos humanos das mulheres e raparigas, especialmente de todas as formas de abuso, exploração, tráfico, práticas tradicionais nocivas e promover a igualdade do género, com a adoção de medidas e políticas publicas que desencorajem o seu abandono,

Criação de oportunidades decentes de emprego e de bases de subsistência para as mulheres, jovens, de modo particular mulheres e jovens raparigas,

Erradicação ou eliminação das causas de fundo para a discriminação e violência contra a mulher e outros grupos marginalizados e vulneráveis incluindo as jovens,

Integração das necessidades das mulheres e crianças incluindo pessoas portadoras de deficiências em todos os objetivos de desenvolvimento,

Reconhecimento de que as mudanças climáticas são um dos maiores desafios que põem em causa o desenvolvimento e exacerbam a pobreza e violência contra as mulheres e crianças, e garantir que os processos respondam às questões relativas ao género.

Promoção da paz e proteção dos direitos humanos das mulheres, homens, raparigas e rapazes em ambientes de conflito, pós conflito e de trânsito e garantir que os perpetradores sejam punidos,

Eliminação e erradicação de todas as formas de violência com base no género

Incremento da testagem, prevenção, tratamento, cuidados e apoio em relação ao VIH e SIDA,

Promoção do envolvimento ativo de homens e rapazes na abordagem da prevenção, cuidados no contexto do HIV,

Garantia de maior representação e participação das mulheres em postos políticos e de tomada de decisões a todos os níveis.

O reforço das capacidades institucionais e operacionais dos mecanismos de promoção de igualdade de género,

Reforçar a capacidade e o papel das ONG que trabalham no domínio da proteção e promoção dos direitos humanos das mulheres e crianças,

Criar mecanismos de denuncia e sistematização de casos de violência em geral,

Criação de uma linha SOS gratuita para denuncia dos casos de violência,

Criação de centro de acolhimento das vitimas de violência e de casamento precoce e forçado,

Implementação das legislações existentes em matéria de proteção dos direitos humanos das mulheres,

O aumento do nível de rendimentos da mulher (programas de obtenção de créditos, empreendedorismo feminino), a Implicação do homem no processo de promoção da IEG a todos os níveis.

4.2. Recomendações

Maior envolvimento das mulheres nas definições de políticas sociais e económicas;

Melhorar acesso das mulheres a educação e formação profissional;

Aumentar os apoios as organizações de mulheres de forma a torná-las independentes nas lutas para a promoção dos seus direitos;

Reforçar os eixos: Mulher e educação; Mulher e a saúde e mulher e a economia,

Elaboração do plano de acção para a implementação da PNIEG,

Elaboração de estratégia nacional para o apoio de mulheres vulneráveis e portadoras de deficiência,

Reforçar acções de sensibilização contra as praticas tradicionais e culturais que impedem a aplicação efectiva das leis,

Alargamento dos tribunais de família e menores para as regiões,

Traçar uma estratégia para diminuir a morosidade dos processos judiciais assim como a diminuição do seu custo tendo em conta a realidade económica do País,